

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Departamento de Serviço Social.

Porto Alegre – RS.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns elementos teóricos sobre o mundo do trabalho, suas transformações a partir do século XX e, na perspectiva do arcabouço teórico-crítico, suscitar análises sobre as repercussões para o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Com base em resultados de pesquisas reafirma a caracterização histórica da feminização do trabalho assalariado e refere algumas interfaces que promovem a interação com a precarização do trabalho, constitutiva da era da flexibilização e do ideário neoliberal, que se propagam nas últimas décadas, demarcam o século XXI e incidem no universo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: mundo do trabalho. Serviço Social. Feminização. precarização do trabalho.

ABSTRACT: This article aims to present some theoretical elements on the labour world, its transformations from the twentieth century and, from the perspective of the theoretical-critical framework, to generate analyzes on the repercussions for Social Service as a profession

inserted in the social and technical division of work. Based on research results, it reaffirms the historical characterization of the feminization of wage labor and refers to some interfaces that promote interaction with the precariousness of labor, constitutive of the era of flexibilization and neo-liberal ideals that have spread in the last decades, demarcate the 21st century and concern the universe of work.

KEYWORDS: labour world. Social Service. Feminization. Precariousness of work.

1 | INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas têm dedicado análises sobre o mundo do trabalho, nas condições históricas do capitalismo global. No presente texto, busca-se, através da revisão de elementos bibliográficos e de resultados de pesquisas bibliográfica e exploratória de campo com profissionais, apresentar alguns aspectos históricos e conceitos explicativos sobre o tema e, numa perspectiva crítica, refletir sobre as repercussões para a ocupação do Serviço Social, no século XXI.

É importante situar que a crise estrutural do Capital, desdobrando-se na aceleração da globalização, em meados da década de 1970 do século XX, reconfigura a gênese do processo de produção e reprodução das

relações sociais, que constituem a formação social histórica do capitalismo. Instituiu-se a denominada reestruturação produtiva, que impulsiona processos sociais de racionalização da produção e dinâmica das relações humanas, na divisão social do trabalho contemporânea.

Nesse movimento histórico, é possível estabelecer relações que situam o significado do Serviço Social, como uma especialização na divisão social e técnica do trabalho e a imediata formação de um contingente feminino de sua força de trabalho, em particular confirmação da inserção no mercado de trabalho, criado pelo Estado e caracterizado na organização e implementação de serviços sociais, para o enfrentamento da questão social, reconhecida no conjunto das expressões das desigualdades e modos de viver emergentes na sociedade capitalista.

A guisa de contextualização, Iamamoto e Carvalho (2003, p.79) analisam que, historicamente, cabe ao Estado uma posição de destaque, como um dos maiores empregadores de assistentes sociais e que o Serviço Social afirma-se como profissão estreitamente integrada ao setor público. Também afirma-se na vinculação com organizações privadas, de caráter empresarial, dedicadas à atividades produtivas e à prestação de serviços sociais à população.

A propósito de desenvolver a exposição, sem pretensão de esgotar o tema, pela própria delimitação que requer, esse estudo visa possibilitar reflexões sobre as transformações do mundo do trabalho e repercussões para o Serviço Social, buscando desvendar interfaces entre a precarização do trabalho e a participação e representação majoritariamente feminina da profissão.

Primeiro, faz-se importante apresentar concepções sobre o mundo do trabalho, fundamentos de sua construção histórica e conceituação, depois sobre as repercussões para o Serviço Social e interfaces da feminização e precarização do trabalho da profissão, indicando resultados de estudos que mostram a materialidade das tendências que refletem impactos das mudanças na dinâmica da organização do trabalho.

2 | O MUNDO DO TRABALHO EM CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As transformações sócio-históricas ocorridas especialmente no final do século XX, provocaram profundas transformações no “mundo do trabalho”. A manifestação da crise estrutural do capital, desdobrou-se na aceleração da globalização, incidindo em reconfigurações na formação do mercado de trabalho, transformações do processo de trabalho e nas formas de produzir mercadorias, provocando mudanças nas profissões e sua utilidade, assim como na vida dos sujeitos trabalhadores.

A regulação e reestruturação econômica e formas de reajustamento social e político, com estratégias globalizantes para garantia de um novo modelo de acumulação

e regulamentação - *acumulação flexível* - afetaram os processos de organização da produção e, por consequência, o mundo do trabalho.

A crise do Capital e as reconfigurações do capitalismo no período após a Segunda Guerra Mundial impulsionam processos sociais determinantes para a implementação de novas performances no processo de racionalização da produção de mercadorias e para a dinâmica das relações humanas, na divisão social do trabalho contemporânea. Institui-se um complexo da reestruturação produtiva, que se propaga de forma contínua em diferentes dimensões das relações de trabalho e da vida social, em escala global e na dinâmica do modo de produção capitalista.

Na análise de Alves (2007, 2014) o novo *complexo de reestruturação produtiva* do capital, sob espírito do toyotismo, ou capitalismo da financeirização, pode ser compreendido por uma tríplice dimensão: inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio metabólicas que surgem no interior da terceira revolução industrial e, numa perspectiva de mundialização constitui o precário mundo do trabalho.

Alteram-se as funções do Estado, diante das novas estratégias de regulação por interesses do Capital. Conforme Netto (2001) no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* e, este opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do Capital. Entre tais condições, inclui a preservação e controle da força de trabalho e, na análise de Harvey (2008) o Estado assume posição mais problemática, dentre elas a função de regulação na marcada transformação da estrutura ocupacional.

Interessa destacar que nesse cenário de exacerbada reestruturação capitalista e transição para a acumulação flexível, se amplia a inserção da mulher no mercado e nos processos de trabalho. Todavia, sob a tendência de ajustamento aos setores novos, envolvendo padrões desiguais de desenvolvimento e com tendências para a emergências dos setores de serviços.

Portanto, essa crise estrutural afetou o mundo do trabalho (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009, 2006; ALVES, 2007, 2013; NETTO, 1996). As reconfigurações do mercado de trabalho afirmam o reconhecimento e implementação de um novo processo de gestão da mão de obra, que passa da racionalidade rígida da produção taylorista-fordista para o desenvolvimento do *toyotismo*, como uma filosofia de segmentação e multifuncionalização do modo de produção capitalista, que se expande para os diferentes espaços geopolíticos mundiais (ANTUNES, 2006).

As flutuações da crise do capital abriram terreno para a transição de novo padrão de acumulação com significativas alterações na divisão social e técnica do trabalho. Logo, as transformações societárias que vem se processando, em escala mundial, impactam nas diferentes dimensões constitutivas das profissões contemporâneas e também representam alterações na vida social de seus trabalhadores – *forças produtivas*.

O trabalho ganha centralidade na dinâmica de produção e reprodução do capital,

em âmbito global, repercutindo, de modo particular, na identidade das profissões contemporâneas e no modo de desenvolvê-las e, também tende a afetar a esfera da vida dos sujeitos que se dispõem *livremente* ao mercado de trabalho. Nesse sentido referiu Marx (2011, p. 211-2012) “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o que ele figura na mente, sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Todavia, a racionalização do trabalho na perspectiva do capitalismo, altera os processos de trabalho e traduz o esforço de constituição de um novo perfil da força de trabalho, o que significa novas possibilidades de “emprego” no estatuto assalariado público ou privado e novas alternativas ao empreendedorismo e a extensão da prestação de serviços. Por *força de trabalho* incorpora-se a esse estudo a definição marxiana, que compreende a *capacidade de trabalho*, que pode ser trocada na relação assalariada (mercadoria): “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197).

As reconfigurações instauram processos sociais contraditórios e disputas ideológicas e ético-políticas que conduzem repercussões objetivas e subjetivas à classe trabalhadora e os valores constitutivos dos projetos profissionais. Entre as mudanças desta época analisa Hobsbawm (1995) que uma das mudanças mais impressionantes do século XX foi o aumento do setor terciário e o aumento significativo da entrada da mulher no mercado de trabalho (em relação ao período de 1940 -1970).

Também Harvey (2008, p. 146) ao analisar a transição para a acumulação flexível, destaca que esta é marcada por uma revolução no papel das mulheres no mercado e nos processos de trabalho. Os efeitos de seu papel na divisão social do trabalho devem ser considerados na indústria, na produção fabril, assim como no imperativo e expansão do setor de serviços que explora o trabalho feminino em condições vulneráveis, dada a forma organizacional e técnica apropriada divisão do trabalho – especializada e de adaptabilidade para as necessidades do trabalho (propósitos especiais e produtos diversos). O próximo item busca elementos para a discussão das repercussões das transformações do mundo do trabalho e consequências às particularidades do Serviço Social, marcado pela presença feminina, como força de trabalho.

3 | REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: DO SIGNIFICADO DA PROFISSÃO A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

A racionalidade das transformações do mundo do trabalho define as formas de organização e gestão do processo de trabalho, de acordo com seus valores e interesses, determinando a própria formação e regulação do mercado de trabalho e de ocupações profissionais, identificadas pela Classificação Brasileira de Ocupações. Nessa síntese, se refere a ocupação do Serviço Social – que reconhece e caracteriza o trabalho de Assistente Social.

O significado do Serviço Social na sociedade capitalista o legitima como uma especialização do trabalho. Logo, expõe a necessidade de reflexões sobre a inserção profissional na divisão moderno contemporânea do trabalho, na medida em que torna-se partícipe e sujeita aos elementos próprios dessa institucionalização, não alheio aos ditames dos efeitos próprios da ofensiva do capital.

As profissões originárias da modernidade tardia produzem sua identidade na esteira das tensões que acompanham as mudanças na produção e reprodução das conformações produtivas. A reestruturação do mercado de trabalho impacta na natureza das profissões e refletem diretamente na estrutura ocupacional, de modo a repercutir nas mudanças de suas funções e redefinições de diretrizes de formação para o trabalho.

Assim como a maioria das profissões contemporâneas, originariamente, a profissão assalariada emerge em decorrência da expansão do aparelho estatal e das empresas do setor produtivo privado e o profissional como assalariado a serviço das mesmas, na implementação de políticas sociais. Todavia, emerge e se consolida voltada para a intervenção na realidade e prestação de serviços sociais à população.

O século XX registra o aumento das expressões de desigualdade social, que culmina com a depressão do mundo capitalista desenvolvido, na década de 1990 (HOSBSBAWM, 1995). Todavia, com a intensificação da reestruturação produtiva do capital, em consonância com o ideário neoliberal do Estado, as profissões e trabalhadores se inserem em processos de trabalho permeados por mutações sócio técnicas produtivas e na reorganização constante do trabalho. Antunes (1996) denomina essas mudanças como um processo de subproletarização intensificada ou precarização de trabalhos decorrentes da flexibilização ou terceirização do trabalho.

A profissão do Serviço Social se realiza por meio do trabalho assalariado que, pela própria natureza, imprime contradição e antagonismos na dinâmica da organização social e técnica do trabalho. Ou seja, a materialização teleológica do trabalho que norteia o projeto profissional, sintetiza desafios e tensões constantes nas particulares condições e relações em que o trabalho se realiza. A relativa autonomia profissional, que pressupõe tendências de alienação do trabalho, incide sobre valores e diretrizes da profissão e sobre a direção social crítica do trabalho e limitações substanciais do produto final do que antes fora idealizado, considerando a defesa dos princípios éticos e políticos da profissão.

Por tratar-se de uma profissão de caráter interventivo (NETTO, 2001) a preocupação com o *estatuto do trabalho* engendra as bases para a construção e consolidação do Projeto ético-político da profissão. O alicerce de sua constituição jurídico-formal articula a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), o Código de Ética dos assistentes Sociais, ambos revisados e aprovados no ano de 1993 e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovada no ano de 1996 e revisadas no ano de 2002.

As condições de trabalho em que se inscrevem os profissionais vinculam-se à

acumulação do capital e a própria condição de pertencer a classe trabalhadora. Logo, o desenvolvimento da *questão social* está intrínseca às transformações, sejam de ordem conjuntural ou estrutural da sociedade e do Estado e, sua abstração é apreendida como parte constitutiva do conflito entre capital e trabalho e indissociável dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora.

Nesse contexto, as determinações são imanentes às transformações do Estado contemporâneo, que imbricam-se à ordem do capitalismo e aos processos de organização das relações produtivas, por mecanismos variáveis de controle do trabalho, dos quais derivam as formas de precariedade das condições e relações de trabalho. Alves (2007, p. 113) conceitua a *precariedade* como “uma condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção”.

As repercussões para o serviço social acompanham as alterações na relação entre capital e trabalho, por consequência das novas formas de precarização, consoantes às diversas estratégias de exploração da força de trabalho e exigências substanciais aos novos conteúdos e instrumental, que requer maior participação no processo de trabalho. De acordo com Alves (2014), no século XXI surgem novas formas de precarização, de denomina:

(1) Precarização existencial, decorrente do modo de vida just-in-time; que produz vida reduzida e provoca carecimentos radicais nas pessoas-que-trabalham; (2) e a precarização radical do homem como ser genérico, a precarização do homem que trabalha, decorrente dos adoecimentos laborais. (ALVES, 2014, p. 18).

Essas transformações, porém, implicam um problema teórico analítico central, que reside na compreensão do próprio significado das particularidades da profissão no mundo do trabalho, assim como as repercussões que agudizam as relações diversas que se estabelecem nos espaços sócio-ocupacionais. Aprofunda-se o desafio de criar mediações para o desempenho fundamentalmente articulado entre as dimensões ética e política da gênese crítica, no interior da categoria, ainda que a heterogeneidade suscite um processo dialético entre alienação e crítica, no cotidiano.

Uma característica histórica da profissão é de se constituir como uma categoria com maior contingente feminino como força de trabalho. A constituição predominantemente feminina da força de trabalho do Serviço Social se consolida na mesma perspectiva em que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho.

Com efeito, esse crescimento do emprego das mulheres também se altera com a reestruturação produtiva e o fenômeno do neoliberalismo (NOGUEIRA, 2004) e com emergente reflexo de desigualdades herdadas da desvalorização da força de trabalho feminina, utilizada nas estratégias de acumulação no ciclo produtivo do capital, como analisado por Hobsbawm (1995) e Harvey (2008).

Segundo Hobsbawm (1995) o trabalho em ocupações terciárias, profissões assistenciais, em serviços e, sobretudo funções nos serviços públicos e sociais, se

expandiram no século XX. Portanto, a reestruturação do mercado de trabalho conduz mudanças para a ascensão da ocupação da força de trabalho feminina e, na ocupação do Serviço Social, engendra especificidades desde a incorporação predominante no setor de serviços estatais e privados, assim como o expressivo contingente que consolida a formação da categoria, no século XXI. O próximo item evidencia a feminização do trabalho e aponta alguns resultados práticos da realidade e expressões da precarização do trabalho, no atual contexto sócio-histórico, com elementos da pesquisa de campo realizada com profissionais assistentes sociais.

3.1 Interfaces da feminização e precarização do trabalho

A abstração teórica instiga decompor alguns elementos do conjunto de sínteses e análises da pesquisa exploratória sobre as configurações do trabalho de assistentes sociais na região Noroeste do RS, que traduz a realidade de condições do trabalho, no contexto de inserção de 25 profissionais, majoritariamente nos serviços públicos (88%) e privado (16%) e terceiro setor (8%). O percurso metodológico possibilitou agregar expressões sobre a materialidade das repercussões das mudanças e reestruturação produtiva que vem incidindo no cotidiano e na dinâmica do trabalho.

O indicador de predominância feminina nos espaços de trabalho, em nível local-regional, acompanha a curva de índices nacionais, apresentados na pesquisa do perfil dos profissionais realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) que mostrou apenas 3% de contingente masculino. Identificou-se a maior absorção de profissionais em instituições de natureza pública (federal, estadual, municipal) de modo que afirma a representação dos serviços públicos na formação do mercado de trabalho regional.

As reconfigurações se traduzem nas heterogêneas formas de vinculação de profissionais. As contratações temporárias e prestação de serviços (parciais) expressam condições da precariedade das relações de trabalho: “[...] *acumulo de funções, devido à falta de liberação de vagas para concurso público*” (assistente social participante). A competitividade faz-se imanente às relações de trabalho, sob duas perspectivas: uma entre profissionais concursados para com terceirizados (contratos parciais); outra, mais acentuada, entre os próprios concursados, com diferenças salariais e relativização de autonomia.

Os *contratos por competências* retroalimentam as expectativas da reprodução do Capital. Com a ampliação das demandas que se apresentam aos serviços, fundamentalmente situadas nas reconfigurações das expressões da questão social, se exacerbam novas formas de inserção de profissionais no mercado de trabalho, assim como a sedução à multiplicidade da jornada de trabalho. Logo, o aumento da oferta de trabalho não significa imediata garantia de condições de trabalho, na medida em que os profissionais são atraídos/as para as estatísticas do trabalho temporário, parcial e requisições de produtos, por competências.

Evidencia a prevalência da jornada de 40 horas, em oposição à regulação nº 12.317/2012, somada a “jornada extra” do trabalho estendido para o ambiente doméstico. O desemprego, estabelecido a partir da ordem de restrição de recursos humanos da *força de trabalho especializada* da área (assistentes sociais), nos postos de trabalho, emerge como um indicador fortemente articulado com o acúmulo de funções e sobretrabalho que incide no cotidiano de profissionais.

O estudo mostra que se convive com o redimensionamento das atribuições e relações de poder, que parece inevitável e natural na gênese das relações de assalariamento, sob algumas exigências, a destacar: polivalência de habilidades profissionais; individualização para atualização e qualificação sobre os conteúdos do trabalho e maior responsabilização por parte dos profissionais; o acúmulo de funções e a pressão no trabalho, que caracteriza a intensificação.

Sobre as condições de salário, é emergente a relação com a ausência de piso salarial, baixos salários, redução de vencimentos e repercussões que caracterizam a precarização das condições de trabalho. Também relacionam determinações subjetivas, como a desmotivação e insatisfação com a ocupação de assistente social.

Todavia, decorrente da precariedade salarial regular (ALVES, 2014) que perpassa as formas de contratação da força de trabalho, a tendência do acúmulo de vínculos torna-se alternativa, diante das expectativas de elevação de renda. Corroborando para a análise, o extrato de fala de uma assistente social participante da pesquisa:

Para aqueles [assistentes sociais] que tem interesse de elevar sua remuneração há diversas oportunidades de funções fora do expediente regular de trabalho, que muitas vezes aumentam a carga horária semanal do servidor por um período prolongado, não sendo remunerado as atividades de planejamento, elaboradas no período de descanso (assistente social participante).

Os elementos contribuem para desocultar a dimensão dupla da precarização do trabalho: primeiro, a jornada regulamentada faz insurgir a utilização de tempo extra, em ambiente doméstico, para a realização de atividades que se vinculam ao trabalho institucionalizado – denominado “o trabalho que se leva para casa”. Por consequência, justifica as condições que determinam o sobretrabalho e que conforma o trabalho que incide sobre aquele já existente na agenda profissional: “[...] *tem-se aumento das demandas e atribuições do cargo, exigindo a polivalência de habilidades profissionais; diminuição dos concursos públicos devido o sobretrabalho dos estáveis*” (assistente social participante).

Segundo, o acúmulo de contrato por tempo parcial e por produto, tende a ser personificado, para aquelas/es profissionais que possuem domínio das particularidades das demandas e conteúdos do processo de trabalho e interessam a complementação salarial. De acordo com Nogueira (2004) a lógica da flexibilização, junto com o neoliberalismo, ao explorar a mulher enquanto força de trabalho, acentua a dimensão dúplice de exploração – explora o trabalho feminino tanto no espaço produtivo, como

reprodutivo.

O quadro apresentado possibilita uma reflexão sobre o papel feminino no mundo do trabalho, marcado por uma flexibilização acentuada, realizado majoritariamente pelas mulheres. Portanto, se considera a dimensão contraditória do trabalho profissional.

Cabe aos profissionais elegerem suas finalidades, formas de conduzi-lo e processá-lo em consonância com o reforço de determinados interesses sociais presentes nas condições e relações de trabalho que configurem o espaço sócio-ocupacional do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p. 253).

Com as mudanças no modo de produção capitalista, as transformações intensificam a precarização objetiva e subjetiva do trabalho, decorrente da flexibilização, por tendências da reestruturação dos processos de trabalho que determinam reconfigurações para o emprego da força de trabalho¹.

O sentido da precarização transcende as requisições e impactos para a materialização da força de trabalho como mercadoria e consumo e engendra o ser humano na sua genericidade. Ou seja, as múltiplas determinações impactam nas singularidades da vida dos sujeitos e na sociabilidade e objetividade de valores, que é indissociável do ser social.

Com efeito, a ética do indivíduo se constitui a partir dos valores da exploração e concorrência, que, por consequência, tende a automatizar a própria vida de mulheres e homens que trabalham e a repercutir nas relações profissionais. Por Marx (2010) a sociedade é a união completa do ser humano com a natureza e com os outros seres humanos, sendo que da mesma forma que a própria sociedade produz o ser humano como ser humano, ela também é produzida por ele. Assim, a própria existência é uma atividade social, uma manifestação e afirmação da vida social, pois, o indivíduo é o ser social.

Logo, a racional divisão do trabalho tende a integrar os sujeitos pelo dispêndio subordinado do trabalho social numa dinâmica que subverte o trabalho numa premissa fragmentada e contraditória ao princípio de atividade criadora e de autocriação, solidificando as desigualdades sociais, de gênero e ocupacionais. Os resultados evidenciam que, por meio de ditames de cunho neoliberal e da reestruturação produtiva, as transformações na organização e gestão do trabalho, igualmente repercutem sobre o trabalho de assistentes sociais, realizado por um predominante contingente feminino e, sobre as demandas cotidianas, com efeitos à precarização estrutural dos espaços e ambientes de trabalho, a desregulamentação e a flexibilização, que determinam expressões da precarização das condições e relações de trabalho dessa profissão, no século XXI.

1 Por *força de trabalho*, incorpora-se a esse estudo a definição marxiana, que compreende a *capacidade de trabalho*, que pode ser trocada na relação assalariada (mercadoria): “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição acima possibilitou revisar aspectos históricos e conceituais sobre o mundo do trabalho, que afirmam as contradições e tensões da organização dos processos de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva do Capital, e, com repercussões tensionadas pelo mesmo cenário, para o trabalho de assistentes sociais.

Desde uma perspectiva histórica, compreende-se a profissão como resultado de um processo sócio-histórico e o desenvolvimento do pensamento e significado social da profissão situada na divisão social e técnica do trabalho e, sob a direção social do projeto ético-político. Todavia, essa direção social se torna ameaçada e diante de um colossal desafio, pois, confronta a ordem social capitalista, o que implica em restrições e implicações para o trabalho e o *vir a ser* da profissão, no mundo do trabalho.

Nesse sentido, as mudanças que vem ocorrendo, como consequência da transformações societárias, repercutem nos ideais e na vida da classe trabalhadora. Ao situar a constituição histórica da feminização do trabalho na profissão, conclui-se que, majoritariamente, mulheres trabalhadoras sofrem estas repercussões que atravessam e conformam o cotidiano do trabalho em âmbito público ou privado, no liame da precarização das condições e relações de trabalho.

Suscitou problematizar que a feminização do trabalho é intencionada pelos valores da ordem capitalista e patriarcal, é constitutiva e interage com as determinações estruturais e estratégias de exploração do trabalho no ciclo produtivo, pela própria condição de classe e consoante a condição de assalariamento que também leva o construto das desigualdades, herdadas da desvalorização e subalternidade atribuída socialmente à mulher e às profissões consideradas femininas. Se revela um movimento dialético entre a expectativa de inserção no mercado de trabalho e o influxo da precariedade, que incide para além das dimensões objetivas, também no *modo de ser*.

Por fim, na dialética crítica, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, enquanto processo, nunca alcança uma etapa acabada. Nesse sentido, a exposição cumpre o objetivo de uma síntese que possibilita dispor de elementos para melhor compreender a realidade, com atenção para as contradições da organização do mundo do trabalho contemporâneo e as repercussões ao trabalho na ocupação do Serviço Social e, com ressignificações na nova temporalidade e ofensiva do Capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1ª Edição. Bauru. Canal 6, 2014.

_____. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. SP: Boimtempo, 2011. Dimensões da Precarização do Trabalho. Ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, canal 6, 2013.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de sociologia do Trabalho**.

2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. SP: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. SP: Boitempo, 2006.

_____. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. SP: Cortez, 1996.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 17ª Ed. SP: Edições Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução Marcos Santarrita; SP: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 15ª Ed. SP: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17ª Edição. Editora Brasiliense. SP: 1987.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. SP: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia política**. Volume I. Tomo I. RJ: Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, José P. **Transformações societárias e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 50. p.87-132. SP: Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª Ed. Ampliada. S.P, Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. (Orgs). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

